

Extensão ou Expansão Universitária? Tensões, sentidos e disputas conceituais presentes na produção científica angolana.

Ezequias Cassela, Rosa de Nascimento, Aristides Jaime Yandelela Cambuta, Eduardo Cassinda João, Guilherme Carlos Agostinho y Victorino Junqueira Soquinji.

Cita:

Ezequias Cassela, Rosa de Nascimento, Aristides Jaime Yandelela Cambuta, Eduardo Cassinda João, Guilherme Carlos Agostinho y Victorino Junqueira Soquinji (2015). *Extensão ou Expansão Universitária? Tensões, sentidos e disputas conceituais presentes na produção científica angolana*. Revista Foco, 18 (12), 1-24.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/ezequias.cassela/27>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/pdg6/z7C>



Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons.
Para ver una copia de esta licencia, visite
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.es>.

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.



EXTENSÃO OU EXPANSÃO UNIVERSITÁRIA? TENSÕES, SENTIDOS E DISPUTAS CONCEITUAIS PRESENTES NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA ANGOLANA

UNIVERSITY EXTENSION OR EXPANSION? TENSIONS, MEANINGS, AND CONCEPTUAL DISPUTES PRESENT IN ANGOLAN SCIENTIFIC PRODUCTION

¿EXTENSIÓN O EXPANSIÓN UNIVERSITARIA? TENSIONES, SIGNIFICADOS Y DISPUTAS CONCEPTUALES PRESENTES EN LA PRODUCCIÓN CIENTÍFICA ANGOLANA

Ezequias Adolfo Domingas Cassela¹
Rosa Maria de Nascimento Capaco²
Aristides Jaime Yandelela Cambuta³
Eduardo Cassinda João⁴
Guilherme Carlos Agostino⁵
Victorino Junqueira Soquinji⁶

DOI: 10.54751/revistafoco.v18n12-180

Received: Nov 17th, 2025

Accepted: Dec 10th, 2025



RESUMO

Este artigo apresenta uma análise documental crítica sobre a extensão universitária em Angola, fundamentada no exame de nove artigos científicos publicados entre 2017 e 2025. Partindo da distinção conceitual entre extensão e expansão universitária, investiga-se como a literatura angolana tem qualificado as práticas universitárias de interação com a sociedade e em que medida tais práticas se aproximam de uma concepção dialógica, crítica e emancipatória. A análise concentrou-se nos objetivos, métodos, fundamentos epistemológicos e concepções de extensão presentes nos artigos selecionados, de modo a identificar tendências, tensões e recorrências teóricas.

¹ Doutor em Educação Matemática e seus Fundamentos Filosóficos e Epistemológicos, Doutorado em Educação Matemática em Formação de Professores. Universidade Estadual Paulista – Rio Claro e Pontifícia Universidade Católica De São Paulo. Centralidade Horizonte do Cuito, Bié, Angola. E-mail: ezequiasadolfo@hotmail.com

² Doutora em Educação. Universidad Enrique José Varona. Centralidade Horizonte do Cuito, Bié, Angola. E-mail: rianascimento22@hotmail.com

³ Doutor em Educação. Universidade Estadual Paulista – Marília. Centralidade Horizonte do Cuito, Bié, Angola. E-mail: aristidesjaimey@gmail.com

⁴ Doutor em Educação. Universidade José Henrique Varona – Cuba. Calle 108 No.29F08 e/ 29E y 29F CP 11400, Cuba. E-mail: cassindaeduardo@gmail.com

⁵ Doutor em Ciências Pedagógicas. Universidade José Henrique Varona – Cuba. Calle 108 No.29F08 e/ 29E y 29F CP 11400, Cuba. E-mail: guilhermecarlos77@yahoo.com.br

⁶ Mestre em Metodologia da Educação de Infância. Instituto Superior de Ciências de Educação da Huíla em Cooperação com a Universidade do Minho – Portugal. Rua Sarmento Rodrigues, DAAC, Comandante Cowboy, Lubango, Angola. E-mail: junqueira14soquinji@gmail.com

Os resultados revelam a coexistência de discursos que defendem a extensão crítica, inspirada em Paulo Freire e Boaventura de Sousa Santos, e de práticas que ainda reproduzem a lógica assistencialista ou tecnocrática associada à expansão institucional. A literatura demonstra avanços importantes, mas também evidencia fragilidades estruturais e epistemológicas que dificultam a consolidação de uma extensão crítica nas Instituições de Ensino Superior angolanas. Os resultados permanecem abertos, visto que a inclusão de novos estudos poderá ampliar ou tensionar as interpretações aqui apresentadas.

Palavras-chave: Extensão universitária, Expansão universitária, Angola, Análise documental, Ensino superior.

ABSTRACT

This article presents a critical documentary analysis of university extension in Angola, based on the examination of nine scientific articles published between 2017 and 2025. Drawing on the conceptual distinction between *extension* and *expansion* in higher education, the study investigates how the Angolan literature has characterized university practices of engagement with society, and the extent to which such practices approximate a dialogical, critical, and emancipatory conception. The analysis focused on the objectives, methods, epistemological foundations, and underlying notions of extension found in the selected articles, with the aim of identifying theoretical trends, tensions, and recurrences. The results reveal the coexistence of discourses advocating a critical extension—drawing inspiration from Paulo Freire and Boaventura de Sousa Santos—and practices that still reproduce the assistentialist or technocratic logic associated with institutional expansion. The literature shows important advances but also evidences structural and epistemological weaknesses that hinder the consolidation of a critical extension approach within Angolan Higher Education Institutions. The findings remain open, as the inclusion of new studies may broaden or challenge the interpretations presented here.

Keywords: University extension; University expansion; Angola; Documentary analysis; Higher education.

RESUMEN

Este artículo presenta un análisis documental crítico sobre la extensión universitaria en Angola, basado en el examen de nueve artículos científicos publicados entre 2017 y 2025. Partiendo de la distinción conceptual entre extensión y expansión universitaria, se investiga cómo la literatura angolana ha calificado las prácticas universitarias de interacción con la sociedad y en qué medida dichas prácticas se acercan a una concepción dialógica, crítica y emancipadora. El análisis se centró en los objetivos, métodos, fundamentos epistemológicos y concepciones de la extensión presentes en los artículos seleccionados, con el fin de identificar tendencias, tensiones y recurrencias teóricas. Los resultados revelan la coexistencia de discursos que defienden la extensión crítica, inspirada en Paulo Freire y Boaventura de Sousa Santos, y de prácticas que aún reproducen la lógica asistencialista o tecnocrática asociada a la expansión institucional. La literatura muestra avances importantes, pero también pone de manifiesto fragilidades estructurales y epistemológicas que dificultan la consolidación de una extensión crítica en las instituciones de enseñanza superior angolanas. Los resultados siguen abiertos, ya que la inclusión de nuevos estudios podría ampliar o tensionar las interpretaciones aquí presentadas.

Palabras clave: Extensión universitaria; Expansión universitaria; Angola; Análisis documental; Educación superior.

1. Introdução

Nas últimas décadas, o ensino superior em Angola tem experimentado transformações significativas, impulsionadas por políticas de expansão institucional, reformas curriculares e esforços voltados à interiorização do acesso ao conhecimento. Desde a assinatura dos Acordos de Paz, em 2002, verificou-se um crescimento expressivo no número de instituições de ensino superior, tanto públicas quanto privadas, com destaque para a criação de universidades em diversas províncias. Tal iniciativa buscou descentralizar o ensino e democratizar sua oferta (Caculo, 2016). Contudo, esse processo de expansão quantitativa não tem sido, necessariamente, acompanhado pelo fortalecimento qualitativo e articulado das três funções essenciais da universidade: ensino, pesquisa e, sobretudo, extensão universitária.

Diante desse cenário, este estudo dedica atenção especial à extensão universitária — dimensão fundamental da missão acadêmica, mas que historicamente tem sido secundarizada nos debates e políticas do ensino superior angolano. Conforme argumenta Ima-Panzo (2018), a extensão possui desde sua origem um caráter polissêmico, influenciado por tradições distintas: na Inglaterra, associa-se ao compromisso das universidades com a comunidade e à integração de forças sociais diversas; nos Estados Unidos, relaciona-se fortemente à transferência de tecnologia para o setor produtivo. Essa polissemia também se reflete no contexto angolano, onde convivem concepções ora dialógicas, ora tecnocráticas.

A partir dessa multiplicidade de entendimentos, depreende-se que a relação entre universidade e comunidade pode assumir diferentes orientações. Em uma perspectiva assistencialista, a extensão se configura como simples transmissão vertical de conhecimento, sem reconhecimento dos saberes populares, limitando-se à prestação de serviços (Ferproex, 2001). Em

contraposição, a extensão universitária crítica fundamenta-se em práticas dialógicas, participativas e emancipadoras, valorizando a cultura local e promovendo a coprodução de conhecimento entre universidade e sociedade (Ferproex, 2001). Nesse sentido, Ima-Panzo (2018) observa que a tendência assistencialista frequentemente se aproxima de uma lógica de “expansão universitária”, marcada por ações unilaterais, pela difusão de conteúdos e pela busca de visibilidade institucional.

É justamente diante desse cenário polissêmico que emerge a necessidade de compreender como o debate acadêmico angolano tem interpretado a extensão universitária. A literatura especializada constitui importante espaço de reflexão e de construção de sentidos que orientam as práticas institucionais. Assim, mais do que analisar projetos extensionistas específicos, este estudo busca interpretar como os próprios autores angolanos têm definido, caracterizado e problematizado a extensão e sua relação com a expansão universitária. Com base nisso, formula-se a seguinte questão de pesquisa: *Em que medida a produção científica angolana sobre extensão universitária apresenta concepções, práticas e tendências alinhadas à extensão crítica, ou reproduz predominantemente a lógica de expansão universitária?* Em consonância com esta questão, define-se o seguinte objetivo da pesquisa: Analisar criticamente como a literatura angolana tem caracterizado as práticas e concepções de extensão universitária, identificando em que medida essas produções se alinham a perspectivas críticas ou à lógica de expansão institucional.

A relevância desta investigação está associada ao papel estratégico da universidade em contextos africanos e pós-coloniais. Em Angola, a universidade enfrenta o desafio de romper com paradigmas eurocêntricos e de afirmar uma identidade acadêmica comprometida com as realidades locais. Como argumenta Santos (2010), torna-se urgente construir uma ecologia de saberes que valorize conhecimentos produzidos nas margens do sistema científico hegemônico. Nesse contexto, compreender a forma como a literatura angolana tem debatido a extensão universitária permite verificar se o discurso acadêmico favorece

práticas emancipatórias ou se perpetua modelos tecnocráticos e assistencialistas.

Assim, a análise documental dos artigos selecionados não apenas ilumina o estado da arte sobre o tema, mas também contribui para o debate sobre o papel social da universidade no país. Avaliar se a literatura propõe concepções críticas ou se aproxima de tendências expansionistas permite identificar caminhos teóricos e metodológicos para fortalecer a extensão universitária em Angola. Além disso, tais reflexões oferecem subsídios para futuras pesquisas e políticas, apontando limites, lacunas e possibilidades de avanço no campo.

Diante disso, o presente artigo estrutura-se em cinco seções. Após esta introdução, a segunda seção apresenta o referencial teórico que fundamenta a distinção entre extensão e expansão universitária. A terceira seção descreve a metodologia de análise documental adotada, incluindo procedimentos de seleção e categorização dos artigos. A quarta seção apresenta os resultados da revisão bibliográfica e discute criticamente as concepções identificadas nos nove estudos analisados. Por fim, a quinta seção reúne considerações finais e recomendações voltadas ao fortalecimento de uma política de extensão universitária crítica, comprometida com a transformação social e com a valorização dos saberes locais.

2. Discussão dos Conceitos

2.1 Extensão Universitária: Fundamentos Críticos e Dimensão Dialógica

A extensão universitária, em sua concepção crítica, constitui-se como um dos pilares fundamentais da missão acadêmica, articulando-se de forma indissociável ao ensino e à pesquisa. Historicamente, consolidou-se como uma das funções essenciais da universidade, ao lado do ensino e da pesquisa. Desde suas origens, assumiu múltiplas formas, variando de acordo com o contexto político e social em que se desenvolveu. Na tradição crítica latino-americana, inspirada em Paulo Freire (1970; 1983), a extensão é concebida como prática

dialógica, fundada na horizontalidade das relações entre universidade e sociedade.

Longe de ser uma simples “transmissão” de conhecimento, a extensão pressupõe um processo de comunicação em que os saberes acadêmicos e populares se encontram e se transformam mutuamente. Nessa perspectiva, a extensão torna-se um espaço de emancipação social e cultural, no qual a universidade rompe com a lógica bancária da educação e reafirma seu compromisso ético-político com a transformação da realidade.

Boaventura de Sousa Santos (2010) complementa essa visão ao propor a noção de **ecologia de saberes**, em que o conhecimento científico dialoga com racionalidades locais e tradicionais. Assim, a extensão crítica se configura como prática intercultural, promotora de justiça cognitiva e de valorização dos sujeitos historicamente marginalizados. Portanto, em sua acepção crítica, a extensão universitária vai além da prestação de serviços ou da difusão cultural: ela busca instaurar relações de parceria, coprodução e corresponsabilidade entre a universidade e a comunidade, fortalecendo o caráter público e transformador da instituição de ensino superior.

2.1.1 Expansão universitária: trânsito conceitual de crescimento estrutural à lógica de prestação de serviços

Embora o conceito de expansão universitária seja frequentemente associado ao crescimento quantitativo do ensino superior — seja pela criação de universidades, faculdades, cursos ou polos regionais —, neste estudo adota-se uma concepção ampliada que ultrapassa o simples incremento físico ou geográfico. A expansão universitária é aqui entendida como um conjunto de práticas institucionais que se expressam na prestação de serviços, na difusão verticalizada do conhecimento, na oferta de cursos de curta ou longa duração, na promoção de atividades culturais e no cumprimento de responsabilidades sociais concebidas de forma unidirecional.

Sob essa ótica, a expansão distancia-se da essência dialógica que caracteriza a extensão universitária crítica. Enquanto a extensão, conforme a

tradição freireana, pressupõe interação horizontal, reconhecimento dos saberes comunitários e construção coletiva de conhecimento, a expansão tende a assumir uma lógica tecnocrática e assistencialista, na qual a universidade se posiciona como detentora de um saber a ser transmitido, e a comunidade como mera receptora. Trata-se, portanto, de uma relação marcada pela unilateralidade, que prioriza a visibilidade institucional e o fortalecimento da imagem da universidade em detrimento do diálogo genuíno com os sujeitos sociais.

Nessa perspectiva, a expansão universitária pode ser compreendida como uma modalidade de interação superficial entre universidade e sociedade, mais voltada para a legitimação institucional e para a reprodução de um capital simbólico do que para a transformação social efetiva. Ao privilegiar a lógica da difusão e da prestação de serviços, a expansão reduz a universidade a um agente de transmissão cultural e científica, enfraquecendo seu potencial de se constituir em espaço de encontro de saberes, emancipação social e valorização das epistemologias locais. (Ima-Panzo, 2018)

2.1.2 Extensão crítica em contraposição à expansão universitária

Ao colocar em relevo os dois conceitos, evidencia-se um contraste fundamental. Enquanto a **extensão universitária crítica** pauta-se pelo diálogo, pela horizontalidade e pela coprodução de conhecimento, a **expansão universitária**, conforme aqui definida, ancora-se em práticas de difusão vertical, prestação de serviços e fortalecimento institucional.

De um lado, a extensão crítica busca construir relações emancipatórias, reconhecendo a comunidade como sujeito ativo do processo, capaz de produzir e compartilhar saberes em pé de igualdade com a universidade. De outro, a expansão reproduz uma lógica assistencialista e tecnocrática, em que a sociedade é concebida como destinatária passiva das ações universitárias.

Assim, a distinção não é apenas terminológica, mas epistemológica e política. A extensão crítica representa um projeto de universidade socialmente

comprometida, que se reinventa a partir das realidades locais; já a expansão universitária tende a reduzir a função social da universidade à legitimação institucional e à difusão unilateral de conhecimentos. O desafio, portanto, consiste em evitar que as práticas extensionistas em Angola se confundam com estratégias de expansão, esvaziando-se de seu caráter transformador e crítico.

2.2 Papel da Universidade na Sociedade Africana e Angolana

A universidade, em contextos africanos pós-coloniais, ocupa uma posição estratégica e ambígua: por um lado, é herdeira de modelos eurocêntricos que historicamente a afastaram das realidades locais; por outro, possui o potencial de se reinventar como espaço de produção de conhecimento enraizado nas necessidades sociais, culturais e econômicas de seus povos. Essa ambiguidade é particularmente evidente em Angola, onde, após os Acordos de Paz de 2002, a expansão do ensino superior buscou democratizar o acesso, mas nem sempre foi acompanhada de um fortalecimento crítico da função social da universidade (Caculo, 2016).

Nesse cenário, o contraste entre **extensão universitária crítica** e **expansão universitária** revela-se fundamental para compreender o papel da universidade. Se, por um lado, a expansão privilegia a visibilidade institucional e a prestação de serviços de forma verticalizada, por outro, a extensão crítica propõe uma universidade que reconhece a comunidade como parceira epistêmica, instaurando relações horizontais e emancipatórias.

No contexto africano, autores como Mamdani (2008) e Ndlovu-Gatsheni (2018) enfatizam a urgência de descolonizar a universidade, superando sua função de mera reprodutora de saberes exógenos e orientando-a para o fortalecimento das epistemologias locais. Esse processo exige que a universidade assuma uma postura de resistência à lógica tecnocrática da expansão e aposte em práticas extensionistas que valorizem o diálogo intercultural, a justiça cognitiva e a transformação social.

Em Angola, essa tarefa adquire contornos ainda mais relevantes diante dos desafios de reconstrução nacional, de redução das desigualdades regionais

e de valorização da diversidade cultural. A universidade não pode restringir-se a expandir estruturas físicas ou difundir conteúdos de maneira unidirecional; deve, antes, articular ensino, pesquisa e extensão crítica para responder às demandas concretas das comunidades. Como observa Santos (2010), trata-se de construir uma universidade “de fronteira”, capaz de transitar entre o conhecimento científico e os saberes populares, instaurando uma ecologia de saberes que fortaleça a identidade acadêmica angolana e sua inserção social.

Portanto, o papel da universidade na sociedade africana e angolana deve ser pensado menos em termos de **quantidade** (crescimento, número de cursos, polos ou serviços ofertados) e mais em termos de **qualidade social** (diálogo, transformação, emancipação). A consolidação de uma universidade crítica, comprometida com as realidades locais, depende de sua capacidade de distinguir entre expansão e extensão, optando por práticas que a aproximem das comunidades e a afastem da lógica meramente institucional de difusão unilateral do conhecimento.

2.3 Críticas e Desafios da Extensão Universitária em Contextos Pós-Coloniais

Nos contextos pós-coloniais, a extensão universitária enfrenta tensões estruturais e epistemológicas que revelam a dificuldade de afirmar-se em sua dimensão crítica, sobretudo quando é confundida ou substituída pela lógica da expansão universitária. Essa problemática é visível em muitos países africanos, incluindo Angola, onde a herança colonial deixou marcas profundas na configuração institucional das universidades e na forma como estas se relacionam com a sociedade.

Uma das críticas centrais refere-se à **persistência de práticas assistencialistas**. Em vez de instaurar processos dialógicos de coprodução de saber, muitos projetos extensionistas limitam-se a oferecer serviços pontuais à comunidade, concebendo a universidade como “doadora de conhecimento” e a sociedade como “receptora passiva” (Ima-Panzo, 2018). Essa abordagem

aproxima-se da expansão universitária, pois privilegia a difusão vertical e a visibilidade institucional em detrimento da transformação social.

Outro desafio é a **fragilidade institucional**. Como observa Freitas (2019), em diversos países africanos a extensão não é consolidada como pilar estratégico da universidade, permanecendo à margem do ensino e da pesquisa. Em Angola, a ausência de políticas públicas robustas e de diretrizes nacionais claras sobre a extensão tem contribuído para a fragmentação de iniciativas, que muitas vezes dependem da vontade individual de docentes ou coordenadores, carecendo de continuidade e sustentabilidade.

No plano epistemológico, a crítica recai sobre a **dependência de referenciais eurocêntricos**, que ainda orientam grande parte da produção acadêmica e das práticas universitárias no continente africano. Ndlovu-Gatsheni (2018) aponta que a descolonização da universidade exige superar a ideia de que o conhecimento válido é apenas aquele produzido nos moldes ocidentais. Nesse sentido, a extensão crítica deveria funcionar como espaço de valorização das epistemologias locais e dos saberes comunitários. No entanto, em Angola, muitos projetos extensionistas ainda reproduzem metodologias importadas, distantes das realidades culturais e sociais em que se inserem.

Por fim, destaca-se o desafio da **articulação com as comunidades**. Embora haja iniciativas com potencial transformador, muitas falham em criar vínculos duradouros e processos participativos de avaliação e planejamento. Isso compromete a efetividade das ações e reforça a percepção da universidade como instituição externa, que atua de forma episódica e pouco comprometida com as demandas locais.

Diante desse quadro, é possível afirmar que os principais desafios da extensão universitária em contextos pós-coloniais, e particularmente em Angola, dizem respeito à necessidade de:

1. romper com o assistencialismo e a tecnocratização, evitando a sobreposição da expansão sobre a extensão;
2. fortalecer institucionalmente a extensão como função essencial da universidade, com políticas e recursos adequados;

3. promover a descolonização epistemológica, integrando os saberes locais na produção de conhecimento;
4. instaurar metodologias participativas que consolidem a universidade como parceira das comunidades, e não como agente externo difusor de saberes.

Assim, a extensão universitária em Angola encontra-se diante de um dilema: permanecer próxima à lógica da expansão, reproduzindo práticas verticalizadas e de baixa efetividade social, ou assumir plenamente o projeto crítico, dialógico e emancipador que pode redefinir o papel da universidade no processo de reconstrução nacional e de afirmação identitária pós-colonial.

2.4. Experiências Internacionais de Extensão como Comparação Crítica

O exame de experiências internacionais de extensão universitária revela a diversidade de concepções e práticas que esse campo assumiu em diferentes contextos históricos e geográficos. Essas experiências permitem não apenas compreender os múltiplos sentidos atribuídos à extensão, mas também oferecem elementos para refletir criticamente sobre os rumos que a universidade angolana pode adotar diante dos dilemas entre extensão crítica e expansão universitária.

Na **América Latina**, a extensão consolidou-se em diálogo com movimentos sociais e teorias críticas, tendo como marco a pedagogia freireana. Países como Brasil, Argentina e Cuba desenvolveram práticas extensionistas fortemente associadas à educação popular, à emancipação social e à democratização do conhecimento (Gadotti, 2012). Nesse contexto, a extensão se distingue da expansão por seu caráter participativo, dialógico e transformador, valorizando a comunidade como sujeito ativo na produção de saber. Esse modelo latino-americano constitui uma referência relevante para Angola, sobretudo por também se situar em contextos marcados por desigualdades sociais e pela necessidade de afirmação de epistemologias próprias.

Nos **Estados Unidos**, a origem da extensão universitária remonta ao modelo dos *land-grant colleges* (1862), que tinha como objetivo principal transferir conhecimento científico e tecnológico para o setor agrícola e industrial (Peters *et al.*, 2010). Embora esse modelo tenha contribuído para o desenvolvimento econômico e para a modernização da produção, ele se caracteriza por uma lógica utilitarista e tecnocrática, aproximando-se mais da noção de expansão universitária. Nesse caso, a universidade atua como provedora de tecnologia e inovação, mas nem sempre como parceira crítica das comunidades. Para Angola, essa experiência alerta sobre os riscos de reduzir a extensão a um mecanismo de suporte ao crescimento econômico, sem a devida atenção ao diálogo cultural e à transformação social.

Na **Europa**, por sua vez, a extensão desenvolveu-se associada à ideia de democratização cultural e promoção da cidadania. Universidades inglesas e francesas, por exemplo, no século XIX, criaram programas de extensão voltados à formação humanística, à disseminação do conhecimento científico e à integração cultural (Ima-Panzo, 2018). Esse modelo, embora menos crítico que o latino-americano, buscou aproximar o saber acadêmico da sociedade em uma perspectiva de inclusão cultural e de formação integral, o que pode inspirar Angola na construção de políticas públicas de extensão que fortaleçam a cidadania e a coesão social.

Ao comparar essas três tradições, percebe-se que cada uma responde a desafios específicos de seu tempo e contexto: a América Latina enfatiza o viés crítico e participativo; os Estados Unidos priorizam a lógica tecnológica e econômica; e a Europa valoriza a formação cultural e cidadã. Para Angola, situada em um contexto pós-colonial e de reconstrução nacional, a grande tarefa consiste em articular essas referências sem reproduzi-las de forma acrítica, construindo um modelo próprio de extensão.

Esse modelo deve, por um lado, evitar a armadilha da expansão tecnocrática, que esvazia o caráter transformador da universidade, e, por outro, incorporar elementos emancipatórios da tradição latino-americana, aliados a uma preocupação com a formação cultural e cidadã da tradição europeia. Em última instância, o desafio é conceber uma **extensão universitária angolana**,

crítica e descolonizada, capaz de promover o diálogo entre ciência e saberes locais, responder às demandas sociais concretas e afirmar a universidade como agente ativo de transformação e justiça social.

3. Metodologia

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e analítica, fundamentada exclusivamente na **análise documental** de artigos científicos. Segundo Bardin (2011), a análise documental permite interpretar conteúdos textuais com base em categorias previamente estabelecidas, sendo adequada para estudos que buscam identificar sentidos, enfoques e orientações teóricas em um conjunto de documentos escritos.

3.1 Corpus Documental

O corpus foi constituído por **nove artigos científicos** publicados entre **2017 e 2025**, selecionados a partir de uma busca sistemática no **Google Académico**, utilizando o descritor único “extensão universitária em Angola”. Foram aplicados os seguintes critérios de inclusão:

- tratar diretamente da extensão universitária no contexto angolano;
- apresentar autoria angolana ou atuação institucional em Angola;
- disponibilizar texto completo;
- explicitar objetivos, método e referencial teórico;
- conter identificação institucional dos autores.
- Discursos extensionistas conducentes a idealização e materialização de projetos de extensões universitárias nas IES angolanas.

Vinte e cinco artigos foram inicialmente encontrados; após a triagem, apenas nove atenderam integralmente aos critérios.

3.2 Procedimentos de Análise

Os artigos foram submetidos a uma leitura analítica orientada por categorias derivadas do referencial teórico e do problema de pesquisa:

- concepção de extensão (crítica - assistencialista/tecnocrática);
- relação universidade-comunidade (dialógica - vertical);
- finalidade predominante (transformação social - expansão institucional);
- valorização dos saberes locais;
- sustentabilidade e profundidade das práticas descritas.

A categorização permitiu comparar perspectivas, identificar recorrências discursivas e revelar tensões epistemológicas presentes na literatura.

3.3 Limitações

A análise abrange apenas os nove artigos selecionados; portanto, não representa a totalidade da produção científica sobre o tema. A interpretação permanece aberta, podendo ser complementada à medida que novos estudos sejam incorporados.

4. Apresentação e Análise dos Resultados

Para oferecer um panorama consistente das produções científicas relacionadas ao campo da Extensão Universitária em Angola—que posteriormente seriam submetidas ao procedimento de análise documental—realizou-se um levantamento sistemático de artigos publicados por autores e autoras angolanos(as) em diferentes periódicos nacionais e internacionais. A busca foi conduzida exclusivamente no **Google Académico**, por se tratar da base de indexação que atualmente reúne o maior volume de produção científica angolana disponível em acesso aberto. O horizonte temporal definido correspondeu ao período **2017 a 2025**, abrangendo tanto trabalhos mais recentes, alinhados às reformas do ensino superior angolano, quanto produções anteriores que permanecem como referências no debate.

A estratégia de busca utilizou um **único descritor** — “*Extensão Universitária em Angola*” — escolhido pela sua abrangência e capacidade de captar estudos que tratassem diretamente da temática, seja em sua dimensão conceitual, normativa ou prática. Essa busca inicial retornou **25 artigos**, os quais foram submetidos a uma triagem preliminar realizada a partir da leitura de títulos, resumos e palavras-chave.

Posteriormente, aplicaram-se **critérios de inclusão** que orientaram a seleção final dos materiais analisados, a saber:

1. **Pertinência temática** — o artigo deveria tratar explicitamente da extensão universitária em Angola, seja por meio de análises conceituais, avaliações institucionais ou estudos de caso.
2. **Autoria angolana ou atuação institucional em Angola** — privilegiaram-se artigos escritos por autores(as) vinculados(as) a universidades angolanas ou que desenvolvem investigação sobre o contexto angolano.
3. **Vinculação institucional identificável** — textos com identificação clara da universidade, instituto ou escola superior à qual o(s) autor(es) pertence(m).
4. **Disponibilidade integral do texto** — somente foram considerados artigos com acesso pleno, permitindo análise aprofundada do conteúdo.
5. **Coerência metodológica** — inclusão apenas de estudos que apresentavam, ainda que brevemente, objetivo, método e corpus definidos.
6. **Discursos extensionistas conducentes a idealização e materialização de projetos de extensões universitárias nas IES angolanas.**

Atendidos esses critérios, apenas **nove artigos** foram selecionados, representando diferentes regiões, instituições e abordagens teórico-metodológicas. A diversidade encontrada foi considerada relevante, pois permite compreender tanto as formas de institucionalização da extensão nas IES angolanas quanto as perspectivas teóricas que têm orientado a reflexão sobre o tema no país. O **Quadro 1** apresenta os nove artigos selecionados, com os

respectivos títulos, objetivos, autores, ano de publicação e instituições de origem:

Quadro 1. Artigos seleccionados que abordam diferentes perspectivas de Extensão Universitária em Angola.

Título	Objetivo	Autores (ano)	Instituição
A formação, a investigação científica e a Extensão universitária em Angola: principais pressupostos no plano das intenções declaradas.	Analisar como ensino, investigação e extensão aparecem nas políticas e normas do ensino superior angolano.	MUALUNGA, Elizabeth; JOSSUÉ, Jeremias (2019)	- Instituto Superior Politécnico do Bié – Angola; - Escola Superior Pedagógica do Bié- Angola.
A atividade investigativa e extensionista na Escola Superior Pedagógica do Namibe: Tendências e desafios	Elaboração e implementação de uma estratégia de atuação da direção da Escola Superior Pedagógica do Namibe – ESPdN, visando a realização de atividades de investigação científica e de extensão universitária, por parte dos docentes.	CAMUNDA, Bernardo Manuel (2018)	Escola Superior Pedagógica do Namibe
Da investigação à Extensão Universitária: uma abordagem com foco na ULAN.	Descrever práticas extensionistas da ULAN e discutir sua articulação com o desenvolvimento local.	NAUEGE, João (2023)	Universidade Lueji A´Nkonde – Angola
Contributo da perspectiva de análise da extensão freiriana e santiana para o desenvolvimento das universidades em Angola	Compreender o contributo da perspectiva de análise da extensão de Paulo Freire e Boaventura de Sousa Santos.	MANUEL, Dorivaldo; MAIA, Arlete Amaral (2024)	Universidade Católica de Angola - Lunda/Angola
Extensão Universitária e suas implicações no desenvolvimento sustentável: um olhar social, económico e ambiental.	Levar a debate dentro da academia os pressupostos teóricos aliados à prática sobre o processo de Extensão Universitária em três dimensões (social, económico e ambiental).	SANTOS, Ana Paula; RANGEL, Germano; DANIEL, Hilton; SAVÓN, Onelis (2024)	Universidade do Namibe
A extensão universitária nas instituições do ensino superior pedagógico: uma reflexão a partir das Escolas de Magistério Primário.	Abordar a problemática sobre os projectos de extensão universitária nos Institutos Superiores de Educação (ISCED) e nas Escolas Superiores	LEITÃO, Fernandinho (2019)	Escola Superior Pedagógica do Bengo.

	Pedagógicas (ESP) em Angola.		
A extensão universitária como catalisadora da formação e transformação social.	Relatar as experiências vividas na Escola Superior Pedagógica do Bengo, tanto como estudante de Licenciatura no Curso de Ciências da Educação, opção Ensino da Psicologia.	HENRIQUES, Maria de Fátima Bandeira; FILIPE-KEMBO, João (2025)	Instituto Superior Politécnico do Bengo
Políticas e ações de Extensão Universitária na Universidade 11 de novembro (UON).	Descrever o desenvolvimento da Extensão Universitária na Universidade 11 de novembro.	CHOCOLATE, Francisco António Macongo; BRÁS, Chocolate Adão (2017)	Escola Superior Pedagógica do Bengo.
Projeto de Extensão Universitária da Escola Superior Pedagógica do Bengo, português na escola, solução alternativa – pesa	Apresentar os resultados da ação do projeto português na Escola, Solução Alternativa – PESA, Projeto de Extensão Universitária da Escola Superior Pedagógica do Bengo	IMA-PANZO, João Boaventura; MARCIANO, Pedro Matias Promessa (2018)	Escola Superior Pedagógica do Bengo.

Fonte: Elaborado pelos autores.

1. Mualunga e Jossué (2019) — *A formação, a investigação científica e a extensão universitária em Angola: principais pressupostos no plano das intenções declaradas*

O artigo realiza análise documental do ordenamento e das políticas do ensino superior angolano, examinando como o tripé ensino–investigação–extensão é enunciado nas normas e planos institucionais. Os autores identificam que, apesar do reconhecimento formal da tríade, a **extensão aparece pouco explicitada** e carece de instrumentos normativos e operacionais que lhe confirmem centralidade prática. (Mualunga; Jossué, 2019).

2. Bernardo M. Camunda (2018) — *A actividade investigativa e extensionista na Escola Superior Pedagógica do Namibe (ESPdN)*

O estudo apresenta diagnóstico institucional da ESPdN e propõe um plano de institucionalização da investigação e da extensão (criação de CEIC, linhas de investigação, cronogramas e ações extensionistas). Descreve instrumentos de planeamento que articulam intervenção comunitária e

formação, evidenciando potencial de articulação ensino–pesquisa–extensão, mas também forte ênfase organizacional. (Camunda, 2018).

3 João M. Naege (2023) — *Da investigação à extensão universitária: uma abordagem com foco na ULAN*

O artigo apresenta um mapeamento e descrição de centros e projetos de extensão na Universidade Lueji A’Nkonde (CEDES, CICAJ, CEICEP), com exemplos de ações dirigidas a demandas sociais (assistência jurídica, oficinas, formações). O texto enfatiza uma visão dialógica da extensão, ao mesmo tempo em que aponta limitações estruturais e de sustentabilidade. (Naege, 2023).

4. Dorivaldo Manuel e Arlete Amaral Maia (2024) — *Contributo da perspectiva de análise da extensão freiriana e santiana para o desenvolvimento das universidades em Angola*

O artigo apresenta uma revisão teórico-normativa que articula as contribuições de Paulo Freire e Boaventura de S. Santos para a concepção de extensão; propõe fundamentos epistemológicos (diálogo; ecologia de saberes) e a necessidade de um plano estratégico nacional para a extensão universitária. O texto faz ponte entre teoria e recomendações políticas. (Manuel; Maia, 2024).

5. Santos et al. (2024) — *Extensão universitária e suas implicações no desenvolvimento sustentável (Orange Journal)*

O estudo apresenta uma discussão teórica aplicada à realidade do Namibe sobre como a extensão pode contribuir para desenvolvimento sustentável nas dimensões social, econômica e ambiental; identifica diferentes genealogias da extensão e assinala condicionantes para que seja transformadora (continuidade, articulação intersetorial). (Santos et al., 2024).

6. LEITÃO, Fernandinho (2019) — *A extensão universitária nas instituições do ensino superior pedagógico*

O artigo apresenta uma reflexão sobre práticas extensionistas centradas nas Escolas de Magistério Primário e nas Instituições de Formação de Professores; enfatiza a extensão como instrumento de empoderamento

docente e integração entre investigação e prática escolar, alertando contra a instrumentalização das escolas como meros objetos de experimentação. (Leitão, 2019).

7. Filipe-Kembo e Henriques (2025) — Projeto de Extensão: Orientação às Famílias de Crianças com Necessidades Educativas Especiais

Apresentam um relato de experiência que descreve atividades de extensão da Escola Superior Pedagógica do Bengo com famílias de crianças com Necessidades Educativas Especiais. Inclui práticas como ludoterapia, dançoterapia e apoio psicossocial, articulando formação estudantil e resposta a necessidades reais da comunidade. Evidencia concepção dialógica e transformadora da extensão (Filipe-Kembo; Henriques, 2015).

8. Chocolate e Brás (2017) — Políticas e Ações de Extensão da Universidade 11 de Novembro

Apresentam um documento institucional que delineia políticas extensionistas da UON baseadas no PDI 2017–2030. Apresenta três eixos: prestação de serviços, cursos de curta duração e iniciativas societais. Reforça missão institucional da extensão com ênfase em serviços e captação de receitas, aproximando-se de uma lógica de expansão institucional (Chocolate; Brás, 2017).

9. Ima-Panzo e Marciano (2018) — Projeto de Extensão Universitária PESA

Apresentam um projeto desenvolvido com escolas públicas, articulando diagnóstico participativo, investigação aplicada e práticas formativas. Baseado em fundamentos teóricos dialógicos inspirados em Ima-Panzo, defende extensão transformadora e coprodução do conhecimento, embora mantenha forte estrutura organizacional (Ima-Panzo; Marciano, 2018).

4.1 Análise da Revisão Bibliográfica

A análise da literatura selecionada permite compreender que a extensão universitária em Angola se desenvolve em um cenário marcado por tensões entre concepções críticas, orientadas para a transformação social, e práticas vinculadas à lógica de expansão institucional. No plano normativo, o estudo de Mualunga e Jossué evidencia que, embora o tripé ensino–investigação–extensão esteja formalmente reconhecido, a extensão permanece secundarizada nos documentos orientadores das Instituições de Ensino Superior. Essa tendência reflete exatamente o que Freire (1983) denuncia como “anulação política da práxis”, quando a universidade assume um discurso progressista sem oferecer condições concretas para práticas dialógicas. Na mesma direção, Santos (2010) aponta que instituições baseadas em modelos eurocentrados costumam produzir “mais normatividade do que emancipação”, o que parece ressoar no reconhecimento formal, porém superficial, da extensão nas políticas analisadas. Os autores afirmam que “a extensão universitária não é expressamente destaque na Constituição”, indicando lacunas estruturais que comprometem seu caráter transformador. Essa fragilidade normativa sugere que muitas iniciativas tendem a assumir caráter declaratório ou assistencial, refletindo mais a expansão administrativa das instituições do que processos dialógicos com as comunidades — exatamente como descreve Ima-Panzo (2018) ao caracterizar a transição semântica da extensão crítica para a lógica de “expansão universitária”.

No âmbito institucional, o trabalho de Camunda sobre a Escola Superior Pedagógica do Namibe revela esforços de estruturação da extensão mediante planejamentos formais, como a criação do CEIC, definição de metas e cronogramas. Embora o autor reconheça a necessidade de articular ensino, investigação e comunidade, ele próprio registra que “as atividades serão conduzidas conforme o cronograma mensal definido”, o que evidencia forte orientação organizacional. Tal estrutura pode oferecer condições para uma extensão crítica, desde que acompanhada de metodologias participativas; porém, também pode produzir práticas burocratizadas e voltadas ao

cumprimento de metas internas. Essa duplicidade ecoa o alerta de Gadotti (2012), segundo o qual a extensão corre o risco de transformar-se em “ativismo acadêmico despolitizado” quando prioriza a forma em detrimento da participação crítica. Da mesma maneira, Moita e Andrade (2009) enfatizam que a “planificação sem diálogo” tende a reforçar a verticalidade das ações, aproximando-se da lógica expansionista descrita por Ima-Panzo (2018), o que se observa parcialmente nos resultados do estudo.

Em contraposição, o estudo de Naege sobre a Universidade Lueji A’Nkonde apresenta um conjunto de iniciativas que se alinham a uma concepção crítica de extensão. As ações desenvolvidas pelo CICAJ, por exemplo, incluem “assistência jurídica gratuita às populações vulneráveis”, configurando práticas com forte enraizamento comunitário e caráter socialmente orientado. Tal aproximação com demandas reais da comunidade dialoga diretamente com o princípio freireano da “existência de necessidades sentidas” como ponto de partida da ação universitária, e também com a noção de ecologia de saberes de Boaventura de Sousa Santos (2010), que defende a valorização dos conhecimentos locais. O autor enfatiza ainda que a extensão deve constituir-se como processo bilateral, superando lógicas assistencialistas. Contudo, reconhece limitações estruturais, afirmando que “a falta de recursos compromete a continuidade das ações”, o que demonstra que, embora a concepção seja crítica, sua sustentabilidade permanece vulnerável — situação semelhante ao que Mamdani (2008) identifica em diversos países africanos, onde universidades enfrentam contradições entre discurso emancipatório e condições materiais precárias.

Complementando esse panorama, Manuel e Maia fundamentam uma leitura epistemológica baseada em Paulo Freire e Boaventura de Sousa Santos, defendendo que a extensão universitária deve articular diálogo, ecologia de saberes e coprodução do conhecimento. A proposta desses autores aproxima-se da crítica de Ndlovu-Gatsheni (2018), que afirma que universidades africanas precisam superar a “colonialidade epistêmica” e tornar-se espaços de produção de conhecimento enraizados nas realidades locais. Manuel e Maia reforçam que

a extensão precisa romper com modelos eurocêntricos e propõem a construção de políticas nacionais para institucionalização dessa prática. A mesma orientação crítica aparece em Felizardo (2019), que discute o papel da extensão na formação docente e destaca que os projetos devem promover “o empoderamento e a autonomia dos professores da educação básica”, recusando abordagens verticalizadas que tratam as escolas como meros objetos de intervenção. Essa perspectiva dialoga com Freire (1970), para quem a ação educativa — e, por extensão, a ação universitária — deve promover autonomia e não domesticação dos sujeitos.

Por sua vez, Santos *et al.* discutem as potencialidades da extensão no desenvolvimento sustentável e ressaltam que sua efetividade depende de continuidade e articulação entre dimensões sociais, econômicas e ambientais. Esse entendimento aproxima-se da noção de Boaventura de Sousa Santos (2010) de que a universidade deve contribuir para a “ampliação das capacidades sociais”, e não apenas para a transferência técnica. Os autores afirmam que a extensão só é transformadora quando assume caráter permanente e integrado, o que evita que seja reduzida a ações pontuais ou esporádicas. Nesse ponto, sua análise converge com as demais ao identificar que o principal risco para a consolidação de uma extensão crítica em Angola reside na ausência de financiamento adequado e nas fragilidades de institucionalização presentes em diversas IES — problema amplamente discutido por Ndlovu-Gatsheni (2018), ao destacar que a precarização estrutural das universidades africanas compromete práticas de engajamento social.

O projeto relatado por Filipe-Kembo e Henriques apresenta uma concepção claramente dialógica, alinhada ao modelo de extensão crítica defendido pela literatura freireana e por autores como Santos (2010), pois se baseia no diálogo com as famílias, na identificação de necessidades locais e na construção de intervenções que promovem transformação social. A participação activa da comunidade e a articulação entre ensino, investigação e prática confirmam a orientação crítica da iniciativa, com forte valorização dos saberes locais e reconhecimento da comunidade como sujeito epistémico do processo.

Em contraste, o documento institucional da UON demonstra uma concepção de extensão centrada na prestação de serviços, cursos de curta duração e iniciativas sociais previamente estruturadas. Embora mencione princípios como reciprocidade e responsabilidade social, a ausência de mecanismos participativos descritos e a presença explícita de objetivos ligados à captação de receitas e visibilidade institucional aproximam essas práticas do modelo assistencialista e tecnocrático discutido por Ima-Panzo (2018), afastando-as das perspectivas transformadoras que caracterizam a extensão crítica. Esse tipo de abordagem tende a reduzir a extensão a um instrumento de expansão administrativa, confirmando a crítica de Freire (1983) acerca das práticas extensionistas que se limitam à transmissão vertical de conhecimento.

O Projecto PESA apresenta-se como iniciativa híbrida: assume uma fundamentação teórica dialógica e articula-se com escolas públicas por meio de diagnósticos participativos e intervenções formativas, o que indica potencial crítico. No entanto, o modo como o documento descreve a extensão ainda enfatiza a operacionalização institucional e a necessidade de estruturar procedimentos, o que revela a coexistência entre intencionalidade crítica e estruturação tecnocrática. Essa ambivalência confirma o que Santos (2010) denomina “tensões epistemológicas da universidade contemporânea”, na qual paradigmas eurocêntricos e práticas gestoriais convivem com tentativas de construção de ecologias de saberes e metodologias participativas.

Em síntese, os nove artigos analisados evidenciam a coexistência de três tendências principais:

- (a) experiências com forte orientação dialógica e transformadora, como as da ULAN, que se aproximam dos princípios freireanos e da ecologia de saberes santiana;
- (b) iniciativas institucionalizadas com potencial crítico, mas condicionadas por fortes estruturas de planificação administrativa, como na ESPdN, dialogando com os riscos tecnocráticos apontados por Gadotti e Ima-Panzo; e

(c) enunciados normativos que reconhecem a importância da extensão, mas carecem de políticas operacionais, favorecendo práticas de caráter assistencialista ou expansionista, como revelado nos estudos sobre o quadro legal — cenário que se relaciona com a crítica de Mamdani e Ndlovu-Gatsheni sobre a necessidade de descolonização das instituições africanas.

Assim, embora existam avanços significativos, a consolidação de uma extensão universitária crítica em Angola permanece como processo em curso, tensionado entre modelos eurocentrados, práticas emergentes de diálogo comunitário e desafios estruturais persistentes. A compreensão dessa dinâmica exige a incorporação de novas fontes e análises que permitam aprofundar o debate e ampliar a reflexão sobre o papel social da universidade angolana no contexto pós-colonial.

5. Considerações Finais

As análises desenvolvidas ao longo deste estudo buscaram responder à questão de pesquisa que orientou a investigação: em que medida a produção científica angolana sobre extensão universitária apresenta concepções alinhadas à extensão crítica ou, ao contrário, reproduz predominantemente a lógica de expansão universitária? Para tanto, tomou-se como objetivo geral analisar criticamente como a literatura angolana tem caracterizado as práticas e concepções de extensão universitária, identificando tendências, tensões e aproximações com paradigmas críticos ou tecnocráticos.

A partir do exame documental dos nove artigos selecionados, observou-se que a literatura angolana revela um campo em disputa, no qual coexistem concepções antagônicas, zonas de tensão e diferentes graus de amadurecimento teórico. Em primeiro lugar, evidenciou-se que a extensão universitária crítica, inspirada nos referenciais de Paulo Freire e Boaventura de Sousa Santos, aparece defendida de modo explícito em parte significativa da produção, sobretudo nos textos que enfatizam o diálogo de saberes, a ecologia de conhecimentos e a valorização das comunidades como sujeitos epistêmicos.

Estudos como os de Naege (2023), Manuel e Maia (2024) e Leitão (2019) mobilizam tais perspectivas e reafirmam a necessidade de uma universidade angolana comprometida com processos emancipatórios, horizontais e transformadores.

O estudo de **Filipe-Kembo e Henriques**, ao relatar práticas extensionistas junto a famílias de crianças com necessidades educativas especiais, ilustra de maneira concreta como ações dialógicas, sensíveis ao contexto comunitário e articuladas com a formação estudantil podem materializar uma extensão transformadora. O trabalho evidencia que iniciativas construídas com e não apenas para a comunidade constituem exemplos robustos de extensão crítica no país, aproximando-se diretamente dos princípios freireanos de participação e transformação social.

Entretanto, a análise também evidenciou a recorrência de elementos associados à expansão universitária, tanto no plano discursivo quanto no desenho de práticas institucionais. Nos textos de Mualunga e Jossué (2019) e Camunda (2018), por exemplo, prevalece a presença de estruturas administrativas rígidas, ações predominantemente organizacionais e uma forte orientação normativa, que ainda não se convertem plenamente em práticas dialógicas. Em alguns casos, a extensão surge mais como serviço, difusão vertical de conteúdos ou mecanismo de visibilidade institucional — características que aproximam tais iniciativas da lógica assistencialista ou tecnocrática descrita por Ima-Panzo (2018). A este grupo soma-se o documento apresentado por **Chocolate e Brás**, no qual a extensão na Universidade 11 de Novembro é enquadrada de forma predominante como instrumento de prestação de serviços e formação de curta duração, reforçando uma concepção funcionalista e tecnocrática da extensão, muito alinhada à lógica expansionista.

Os resultados também indicaram que os desafios da extensão universitária em Angola permanecem fortemente marcados por fragilidades epistemológicas e institucionais, tais como: (a) a ausência de diretrizes nacionais robustas que orientem a prática extensionista; (b) a descontinuidade e a falta de sustentabilidade das ações; (c) a dependência de iniciativas individuais e não de

políticas estruturantes; (d) a presença de referenciais eurocêntricos que limitam a valorização dos saberes locais; (e) a predominância, em alguns contextos, de práticas pontuais e desarticuladas das necessidades comunitárias. Tais desafios tornam-se ainda mais evidentes quando observados à luz do **Projeto PESA**, analisado por Ima-Panzo e Marciano, que embora proponha uma abordagem crítica e dialógica, revela igualmente tensões entre intencionalidade transformadora e institucionalização formal, demonstrando que mesmo iniciativas teoricamente emancipadoras enfrentam obstáculos estruturais significativos.

Apesar dessas limitações, a análise documental também revela avanços importantes, especialmente no reconhecimento crescente da extensão como função estratégica das IES angolanas e na presença de discursos que defendem uma extensão comprometida com justiça cognitiva, desenvolvimento local e emancipação social. Essa dupla presença — de avanços e de limitações — confirma que o campo da extensão universitária em Angola encontra-se em fase de construção, dialogando simultaneamente com heranças coloniais, modelos externos e esforços de afirmação de epistemologias locais.

Assim, com base nos nove artigos analisados, pode-se afirmar que a produção científica angolana não apresenta uma posição homogênea: há tanto movimentos que aproximam a extensão de uma perspectiva crítica quanto tendências que a aproximam da expansão institucional. A coexistência desses discursos sinaliza um momento de inflexão teórica e prática, no qual a extensão universitária ainda disputa significado, intencionalidade e orientação política no interior das IES.

Contudo, importa sublinhar que estes resultados devem ser considerados provisórios. A natureza documental e o número restrito de artigos não permitem esgotar o debate, nem capturar toda a diversidade da produção científica angolana sobre o tema. À medida que novos estudos emergirem — sobretudo análises empíricas de projetos, investigações regionais e pesquisas comparativas —, a compreensão das tensões entre extensão crítica e expansão universitária poderá ser ampliada, aprofundada ou mesmo revisada.

Por isso, as conclusões aqui apresentadas configuram-se como ponto de partida para novas investigações e não como fechamento definitivo da discussão. A continuidade da pesquisa poderá contribuir para a construção de um corpo teórico robusto e descolonizado sobre extensão universitária em Angola, fortalecendo o papel transformador da universidade e a valorização dos saberes produzidos pelas comunidades que compõem o país.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

CACULO, João Manuel. **Ensino superior em Angola: desafios e perspectivas**. Luanda: Mayamba, 2016.

CAMUNDA, Bernardo Manuel. **A atividade investigativa e extensionista na Escola Superior Pedagógica do Namibe: tendências e desafios**. Namibe: Escola Superior Pedagógica do Namibe, 2018.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

GADOTTI, Moacir. **Extensão universitária: para quê?** São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2012.

IMA-PANZO, autor não identificado (2018). **Extensão Universitária em Angola: Tendências, acções e projecções**. 1^a. ed. Luanda: Mayamba, 2018.

LEITÃO, Fernandinho. **A extensão universitária nas instituições do ensino superior pedagógico: uma reflexão a partir das Escolas de Magistério Primário**. Bengo: Escola Superior Pedagógica do Bengo, 2019.

MAMdani, Mahmood. **Scholars in the Marketplace: The Dilemmas of Neo-Liberal Reform at Makerere University, 1989–2005**. Dakar: CODESRIA, 2008.

MANUEL, Dorivaldo; MAIA, Arlete Amaral. **Contributo da perspectiva de análise da extensão freiriana e santiana para o desenvolvimento das universidades em Angola**. Luanda: Universidade Católica de Angola, 2024.

MUALUNGA, Elizabeth; JOSSUÉ, Jeremias. **A formação, a investigação científica e a extensão universitária em Angola: principais pressupostos no plano das intenções declaradas**. Bié: Instituto Superior Politécnico do Bié; Escola Superior Pedagógica do Bié, 2019.

NAUEGE, João. **Da investigação à extensão universitária: uma abordagem com foco na ULAN**. Malanje: Universidade Lueji A'Nkonde, 2023.

NDLOVU-GATSHENI, Sabelo J. **Epistemic Freedom in Africa: Deprovincialization and Decolonization**. New York: Routledge, 2018.

PETERS, Scott J. et al. **Engaging campus and community: The practice of public scholarship in the United States**. Dayton: Kettering Foundation Press, 2010.

SANTOS, Ana Paula; RANGEL, Germano; DANIEL, Hilton; SAVÓN, Onelis. **Extensão universitária e suas implicações no desenvolvimento sustentável: um olhar social, económico e ambiental**. Namibe: Universidade do Namibe, 2024.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.